

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

**Departamento de Economia**

**Monografia de Final de Curso**



**O Auxílio Emergencial e suas contribuições para o  
combate aos efeitos econômicos da pandemia no  
Brasil: evidências da PNAD-Covid**

**Lucas Braga Soares**

**No. de Matrícula: 1810761**

**Orientador: Márcio Gold Firmo**

**Novembro de 2021**

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**

**Departamento de Economia**

**Monografia de Final de Curso**

**O Auxílio Emergencial e suas contribuições para o  
combate aos efeitos econômicos da pandemia no  
Brasil: evidências da PNAD-Covid**

**Lucas Braga Soares**

**No. de Matrícula: 1810761**

**Orientador: Márcio Gold Firmo**

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri a nenhuma ajuda externa para utilizá-lo, exceto quando autorizado pelo orientador.

**Novembro de 2021**

As opiniões expressas nesse trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Daniela e Luciano, pela confiança, incentivo e todo o suporte dado ao longo dessa trajetória.

Aos meus amigos, por todos esses anos juntos e por fazerem parte desta trajetória.

Ao meu orientador, Márcio Firmo pelo suporte e interações durante este projeto.

Ao Departamento de Economia da PUC-Rio pelo seu excelente corpo acadêmico e ensino de excelência.

# Índice

|  |    |
|--|----|
| <b>Resumo</b> .....  | 8  |
| <b>I. Introdução</b> .....   | 9  |
| <b>II. Contextualização</b> .....  | 11 |
| II.I Programa Bolsa Família (PBF).....                                     | 12 |
| II.II Auxílio Emergencial 2020.....  | 13 |
| <b>III. Revisão de Literatura</b> .....                                    | 15 |
| <b>IV. Método</b> .....  | 19 |
| <b>V. Dados</b> .....  | 19 |
| <b>VI. Resultados</b> .....  | 22 |
| VII.I A queda da renda efetiva do trabalho na pandemia.....                | 22 |
| VII.II As diferenças entre renda habitual e renda efetiva com o AE .....   | 30 |
| VII.III A Massa de Rendimentos com a inclusão do Auxílio Emergencial ..... | 32 |
| VII.IV O Aumento da Captação Líquida da Caderneta de Poupança.....         | 36 |
| <b>VII. Conclusão</b> .....  | 40 |
| <b>VIII. Bibliografia</b> .....  | 42 |

## Índice de Figuras

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Figura 1: Auxílios Emergenciais – PNAD Covid 05/2020.....</b>               | <b>22</b> |
| <b>Figura 2: Renda Pessoal do Trabalho – PNAD Covid Maio 2020.....</b>         | <b>24</b> |
| <b>Figura 3: Auxílios Emergenciais – PNAD Covid 10/2020.....</b>               | <b>27</b> |
| <b>Figura 4: Renda Pessoal do Trabalho – PNAD Covid Novembro 2020.....</b>     | <b>29</b> |
| <b>Figura 5: Renda Pessoal do Trabalho – PNAD Covid 2020.....</b>              | <b>32</b> |
| <b>Figura 6: Diferença entre o Auxílio Emergencial e o Hiato de Renda.....</b> | <b>36</b> |
| <b>Figura 7: Certificado de Depósitos Bancários .....</b>                      | <b>39</b> |

## Índice de Tabelas

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Tabela 1: Renda Efetiva e Habitual do Trabalho – Maio 2020 .....</b>                 | <b>23</b> |
| <b>Tabela 2: Domicílios que receberam o Auxílio Emergencial – Maio 2020 .....</b>       | <b>25</b> |
| <b>Tabela 3: Fonte de Rendimentos por Faixa de Renda – Maio 2020 .....</b>              | <b>26</b> |
| <b>Tabela 4: Renda Efetiva e Habitual do Trabalho – Novembro 2020.....</b>              | <b>28</b> |
| <b>Tabela 5: Razão de Renda Maio/Novembro 2020.....</b>                                 | <b>28</b> |
| <b>Tabela 6: Domicílios que receberam o Auxílio Emergencial – Novembro 2020 .....</b>   | <b>30</b> |
| <b>Tabela 7: Fonte de Rendimentos por Faixa de Renda – Novembro 2020 .....</b>          | <b>31</b> |
| <b>Tabela 8: Diferença entre Renda Habitual e Efetiva com Auxílio Emergencial .....</b> | <b>31</b> |
| <b>Tabela 9: Massas de Renda – Maio 2020 .....</b>                                      | <b>33</b> |
| <b>Tabela 10: Massas de Renda – Junho 2020 .....</b>                                    | <b>34</b> |
| <b>Tabela 11: Massas de Renda – Julho 2020.....</b>                                     | <b>34</b> |
| <b>Tabela 12: Massas de Renda – Agosto 2020 .....</b>                                   | <b>34</b> |
| <b>Tabela 13: Massas de Renda – Setembro 2020.....</b>                                  | <b>35</b> |
| <b>Tabela 14: Massas de Renda – Outubro 2020.....</b>                                   | <b>35</b> |
| <b>Tabela 15: Massas de Renda – Novembro 2020 .....</b>                                 | <b>35</b> |
| <b>Tabela 16: Captação Líquida Caderneta de Poupança Brasileira .....</b>               | <b>38</b> |

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo demonstrar as diferenças na redução da renda efetiva dos brasileiros quando comparada com a renda habitualmente recebida. Além disso, demonstra-se como o Auxílio Emergencial ajudou na redução do hiato entre renda efetiva e habitual e como foi a dinâmica da massa de rendimento do brasileiro. Por fim, busca-se traçar uma relação da distribuição do Auxílio Emergencial e o aumento da captação líquida na caderneta de poupança. Conclui-se que o AE foi efetivo em elevar a renda habitual dos domicílios brasileiros, principalmente quando analisados as menores faixas de renda da população.

## I. Introdução

Com o objetivo de monitorar, durante a pandemia do coronavírus, as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro, o IBGE passou a divulgar, de forma mensal, os microdados da PNAD com perguntas que permitissem explorar, de forma mais objetiva, as interações que ocorreram durante os meses de maio e dezembro de 2020, pesquisa amostral esta que foi denominada PNAD Covid-19.

Assim, com o objetivo de analisar melhor as dinâmicas de renda do brasileiro no primeiro mês que o Auxílio Emergencial (AE), maio, e como as dinâmicas de renda evoluíram até o mês de novembro, este trabalho tem como objetivo procurar trazer respostas, baseadas em dados extraídos e manipulados da pesquisa amostral acima explicitada, que nos ajudem a entender os efeitos da pandemia do coronavírus sobre a renda da população brasileira. Além disso, busca-se entender a magnitude do Auxílio Emergencial, fornecido pelo governo federal, sobre a renda da população. É importante destacar que, sendo a Pnad Covid uma pesquisa feita em caráter emergencial e de certa forma experimental, não podemos tratá-la como uma verdade concreta. Porém, a PNAD Covid nos ajuda a observar quais foram os impactos que a pandemia trouxe para a renda da população.

Nesta monografia, vamos dar enfoque as diferenças entre a renda habitual e efetiva da população durante o mês de maio, mês este no qual as restrições foram mais severas a nível federal e grande parte da população ficou em casa. Depois, uma comparação será feita com o mês de novembro, no qual as medidas restritivas já haviam sido flexibilizadas. É importante ressaltar que, em tempos normais, o hiato entre renda efetiva e habitual tende a convergir para zero, pois quando excluídos os efeitos de sazonalidade (comum na renda efetiva), obtemos valores semelhantes. Porém, não foi esta dinâmica que percebemos durante os primeiros meses da pandemia. Os dados obtidos através da PNAD Covid-19 nos mostram que os rendimentos habituais médios da população foi cerca de 20% maior que o rendimento efetivo médio. Esta diferença é, sem dúvida, significativa, trazendo espaço para maiores investigações que ajudem a entender a dinâmica deste hiato. Segundo o IPEA, a diferença histórica entre a renda habitual e efetiva não passou de 0,1 ponto percentual desde o ano de 2012, exceto em

2020, trazendo assim margem para investigações das dinâmicas do trabalho.

A PNAD Covid-19 nos permite também separar as rendas da população provenientes de outras fontes, como os diversos auxílios que são pagos pelo governo federal. Assim, podemos também extrair informações sobre o Auxílio Emergencial. A partir deste ponto, foi possível perceber que o AE foi a única fonte de renda de uma parcela de 5% da população no primeiro mês da pandemia e que, este auxílio foi muito relevante para as camadas mais pobres da população e elevou a renda domiciliar de muitas famílias. Além das interações a respeito das diferenças entre renda habitual e efetiva, este presente trabalho tem como objetivo demonstrar o poder do AE no impacto da renda domiciliar dos brasileiros em situações de pobreza.

A massa de rendimentos da população é outro dado que pode ser extraído da PNAD Covid-19. A partir dele, é possível observar como as massas de renda efetiva foi menor que a habitual e como a massa de renda do Auxílio Emergencial contribuiu, de forma significativa nas camadas inferiores de renda ao longo dos meses, além de trazer um delta entre massa do AE e o hiato da renda habitual e efetiva, positiva para domicílios com certas faixas de renda.

Por fim, busca-se mostrar eventuais similaridades entre dados da caderneta de poupança brasileira, utilizada majoritariamente pelas classes A, B e C, e diferenças no hiato de renda habitual e efetiva com a introdução do AE.

## II. **Contextualização**

O Programa Bolsa Família (PBF) definiu uma nova era de política social no Brasil, tendo sido transformacional na vida de milhões de brasileiros. Este, junto com políticas nas áreas de educação e saúde contribuiu para que mais de 28 milhões de pessoas fossem retiradas da pobreza, segundo o IPEA.

A pandemia do coronavírus trouxe uma nova dinâmica não só para a população carioca, mas também para a brasileira. Com muitas famílias vendo sua renda proveniente do trabalho diminuir, ou até mesmo, deixar de existir, estas viram como a única fonte de recursos os programas sociais do governo federal. Muitas destas famílias já dependiam dos auxílios pagos pelo governo para complementar sua renda e assim, estar fora da linha da pobreza e com a interrupção da renda vinda do trabalho por tempo indeterminado, o medo de voltar a estar abaixo da linha supracitada voltou. Deste modo, o governo federal viu a necessidade da introdução de um novo auxílio a população, de caráter temporário e com o objetivo de garantir uma renda mínima a todos os brasileiros necessitados. Em caráter emergencial e de forma rápida para os padrões do governo, o programa foi lançado. Porém, pouco se foi estudado sobre os verdadeiros impactos que os montantes iniciais poderiam ter na renda da população, seja ele positivo ou negativo.

Em tempos normais, a renda declarada pelo cidadão e a renda efetiva costumam ser similares, ajudando assim na análise da trajetória da população no combate à pobreza. Porém, por diversos fatores, estas acabam nem sempre sendo exatamente iguais, sendo uma importante questão a ser estudada. Porém, com a pandemia, este problema tomou novas proporções e com a decisão do governo federal de introduzir o auxílio emergencial aos brasileiros que tiveram sua renda afetada pela pandemia do coronavírus, pode ter feito com que a diferença entre essas duas curvas tenha gerado uma maior volatilidade do que a usual. Neste período, não necessariamente as duas curvas de renda vão caminhar próximas, como antes ocorria. É possível encontrar cidadãos declarando a renda recebida num determinado mês diferente daquela que é habitualmente recebida. Portanto, é possível que o auxílio emergencial tenha

contribuído para essas distorções.

## II.I Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família (PBF), hoje o maior programa de transferência de renda no Brasil, foi criado em 2003 a partir da fusão de outros quatro programas de transferência de renda que existiam na época, o principal deles sendo o Programa Bolsa Escola, implementado ainda em 2001 pelo governo federal, no qual condicionava a ida das crianças à escola ao pagamento do benefício. Os outros programas no qual ajudaram na unificação em um só, foram o Auxílio Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Programa Bolsa Alimentação. Na época, a justificativa dada pelo então presidente Lula para a fusão desses programas foi otimizar os gastos do governo e melhorar a efetividade das transferências de benefícios, assim como o diálogo entre os municípios, governos estaduais e o governo federal. O PBF acabou por se tornar um de seus principais cabos eleitorais para sua reeleição e depois eleição de sua sucessora até 2016.

O programa foi desenhado com o objetivo de combater duas frentes: a redução da pobreza e da desigualdade ao oferecer a famílias abaixo da linha da pobreza um benefício que trouxesse condições de viver sem fome e o segundo objetivo era reduzir a transmissão da pobreza entre as gerações ao, como no Bolsa Escola, condicionar o benefício a ida das crianças à escola.

Inicialmente, quando o programa foi desenhado, seu objetivo era alcançar as classes mais pobres do Brasil, as quais viviam em situação de pobreza ou pobreza extrema. A renda recebida pelas famílias dependeria de uma série de variáveis, sendo uma das principais o número de crianças no domicílio. De forma resumida, o benefício básico, o Básico, seria dado as famílias que estavam situação de extrema pobreza, independentemente da situação familiar. Entretanto, há ainda o Variável, dado de forma adicional para as famílias nas quais continham crianças e adolescentes até 15 anos, grávidas e pessoas com deficiências. Um importante ponto era que as famílias poderiam acumular diferentes benefícios e assim, receber um valor maior do que o proposto.

Porém, este valor não poderia ultrapassar o valor de cinco benefícios.

Os valores do PBF foram mudando ao longo dos anos. Hoje, recebem o PBF as famílias com renda mensal per capita de até R\$178,00. Famílias em pobreza extrema são as consideradas com renda mensal abaixo dos 89 reais per capita e as em situação de pobreza, as que vivem com 89,01 a 178 reais per capita. Além disso, o teto, como dito, serve para as famílias que recebem até o limite de 2,5 vezes do benefício de 178 reais. Ou seja, o valor máximo recebido por uma família é de 445 reais.

## II.II Auxílio Emergencial 2020

O Auxílio Emergencial (AE) foi aprovado pelo Congresso brasileiro em março de 2020 por meio do PL 1.066/2020 diante do estado de calamidade pública decretado. O cenário naquele momento era de deterioração da renda das camadas sociais mais pobres, devido a queda de renda atrelada ao aumento no número de demissões e empresas com dificuldades financeiras. Desta maneira, tal decreto introduziu um programa de renda de caráter temporário e de transferência direta com o objetivo de elevar de alguma forma, a renda das famílias desamparadas pela pandemia. Assim, o AE foi introduzido, num primeiro momento, com o valor de 600 reais que seriam pagos repetidamente por três meses, podendo ser estendido se necessário. Na época, a Instituição Fiscal Independente estimou que cerca de 30 milhões de famílias, ou algo próximo de 14% da população, teriam direito ao benefício, com gastos para a União de algo próximo a 60 bilhões de reais.

Estipulou-se assim, regras para receber tal benefício temporário. Primeiramente, somente dois integrantes de uma mesma família poderiam receber o AE, desde que ambos fossem maiores de idade. Trabalhadores, informais, microempreendedores, desempregados e autônomos também tinham direito ao benefício. Além disso, mães solteiras receberiam o dobro do valor estipulado de 600 reais e beneficiários do PBF também tinham direito ao valor de 600 reais.

Para usufruir do benefício, o cidadão precisaria se cadastrar no aplicativo da Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento do auxílio, e fazer a retirada do valor nas agências do banco. Após um primeiro momento conturbado, com instabilidades na plataforma, os brasileiros começaram a fazer a retirada do montante. Inicialmente, a Caixa diz que efetuou o pagamento a mais de 51 milhões de brasileiros, ou 24% da população. A Dataprev, a responsável por filtrar os pedidos de cadastro e definir quem de fato deveria ou não receber o auxílio, contabilizou mais de 97 milhões de cadastros, 33 milhões destes recusados e 14 milhões com cadastros incompletos. No total, o órgão estima que mais de 66 milhões de brasileiros foram autorizados a receber o benefício. Deste montante, cerca de 10% dos brasileiros que receberam o AE foram considerados cadastros fraudados pelo Tribunal de Contas da União. Em dezembro de 2020, mais de 293 bilhões haviam sido pagos em AE.

Após o período inicial de três meses de auxílio, o mesmo foi prorrogado por um período de mais dois meses, que seriam pagos nos meses de julho e agosto. Porém, em setembro, ainda com números de casos e mortes elevados no país e elevado desemprego, próximo dos 14%, o governo prorrogou o AE até dezembro do mesmo ano, mas agora por metade do valor original, de 300 reais. Porém, as pessoas que receberam seguro-desemprego, auxílios previdenciários e que foram registrados como dependentes na declaração de imposto de renda, não teriam direito ao benefício. Para o ano de 2021, o Governo Federal prorrogou o pagamento do AE para os que possuíam o direito em dezembro de 2021. Os valores agora seriam de 375 reais para mulheres monoparentais, 250 reais para famílias com mais de duas pessoas e 150 reais para famílias com uma pessoa. Por fim, vale ressaltar que beneficiários do Programa Bolsa Família que receberiam um valor maior caso tivesse direito ao Auxílio Emergencial, tiveram o direito de substituir, em caráter temporário, o benefício de valor mais alto.

### **III. Revisão de Literatura**

A focalização do Programa Bolsa Família (PBF) e a sua importância como um programa progressivo de transferência de renda no Brasil são amplamente discutidos por Souza, Osório, Paiva e Soares (2019) no Texto para Discussão no. 2499 do IPEA. Neste, busca-se fazer um balanço dos quinze primeiros anos do programa sobre a pobreza e desigualdade no país. Apesar do Brasil não ser um país considerado desenvolvido, para a focalização dos beneficiados, a renda declarada dos candidatos ao benefício é usada, ao contrário de seus pares em desenvolvimento que normalmente se utilizam de proxy mean tests.

A focalização do programa se dá pela combinação de quatro filtros. O primeiro passo é a declaração de renda que é preenchido pela família no seu cadastro. Depois disto, estas rendas declaradas serão verificadas com outros registros administrativos do governo federal. Adiante, o direito ao benefício está relacionado a cota de cada município. Caso este ainda não tenha atingido tal cota, pode-se dizer que é mais fácil da família garantir o benefício. Com as cotas atingidas, há uma maior pressão sobre os municípios para melhorar a focalização, como visto por Barros et al (2008). Por fim, as famílias aprovadas no PBF têm seus nomes publicados no Portal de Transparência.

Lindert et al (2007) e Soares et al (2009) nos mostram análises de que a focalização do PBF se destaca mesmo quando se compara com programas de países emergentes que usam proxy mean tests, como no México e no Chile. Já Soares e Satyro (2009), Soares et al (2010) e Souza, Osório e Soares (2011) nos mostram que os efeitos do PBF tanto sobre a pobreza quanto sobre a desigualdade ocorrem devido a boa focalização do programa e independe dos valores mais baixos das transferências. Além disso, nos mostram que o PBF traz efeitos mais relevantes sobre a taxa de pobreza para linhas mais baixas, enquanto o valor das transferências acaba por impactar mais as medidas de intensidade do que as taxas de pobreza.

Com mostrado pelo TD2499, a focalização do programa é tão importante para o sucesso deste como a sua cobertura e valor de transferência. Há uma grande dificuldade em estimar a população elegível para o PBF. Para ter direito a ser beneficiário do programa, basta estar abaixo do valor estipulado. Porém, ao entrar no PBF, a família vai

receber o auxílio pelo período de dois anos, independentemente se sua renda aumentar ou não. Entretanto, esta não pode ultrapassar o valor de meio salário-mínimo. Assim, é possível que o programa considere a volatilidade da renda das famílias brasileiras e o auxílio melhore a qualidade de vida delas. Além disso, cada vez que uma família atualiza seus dados no Cadastro Único, o período de dois anos do benefício é prorrogado.

Percebemos deste modo que poderíamos ter famílias que não possuem renda maior que meio salário-mínimo, porém, também não costumam ter renda abaixo do limite estabelecido para aderir ao PBF, dentro deste mesmo. Em momentos de volatilidade da renda da família, esta acaba conseguindo aderir ao programa. Portanto, a focalização é de extrema importância e dificuldade. Assim, o TD2499 nos mostra como o PBF é o benefício monetário mais bem focalizado no Brasil com grande folga. A cobertura do programa aumentou em mais de 20% entre 2004 e 2012, crescimento este muito maior que programas com transferência monetária maior que meio salário-mínimo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a própria Previdência Social. Analisar os coeficientes de incidência é uma outra forma de analisar a focalização do programa. Estes têm seu cálculo derivado da renda domiciliar per capita líquida de cada tipo de benefício. Variando de -1 a 1, quanto mais negativos, os efeitos dos montantes vindos dos benefícios melhores impactam a renda dos mais pobres. Ou seja, quanto menor o coeficiente, melhor é a focalização.

Os coeficientes de incidência do PBF têm, historicamente, coeficientes bastante negativos e vem ficando cada vez mais negativo ao longo dos anos, o que mostra o progresso que o PBF vem realizando. Poderia se esperar que com o maior número de beneficiários ao longo do tempo, o programa perderia um pouco a sua capacidade de focalização, o que não ocorre. A focalização só melhora ao longo do tempo, mostrando assim sua excelente capacidade de beneficiar os que mais precisam de uma fonte de renda adicional.

A efetiva focalização do programa na camada mais pobre da população tem também um papel crucial na redução do hiato da pobreza. Em termos concretos, após o ano de 2004 a pobreza extrema se reduz em 1.3 pontos percentual ao ano, o que pode não significar muita coisa, mas quando olhamos para o relativo, vemos que um quarto da pobreza extrema é abatido pelo PBF, segundo o TD2499. O estudo ainda questiona se

essa eficácia é suficientemente boa para justificar o programa, ao levantar o questionamento de que se as pessoas mais pobres no país participam do programa, qual o motivo de os níveis de pobreza extrema brasileiros não sejam próximos de zero. A resposta para tal encontra-se na volatilidade da renda das camadas mais pobres do Brasil. A renda dessas famílias costuma vir praticamente toda do trabalho informal, onde não há nenhuma segurança e obrigatoriedade de pagamentos mensais. Assim, a instabilidade da renda é presente de forma constante, dificultando em muito os resultados de programas de transferência de renda, como o PBF. Ou seja, esse hiato da pobreza pode ser causado dependendo da época em que a pesquisa domiciliar do IBGE é feita. Uma família pode estar com seus membros trabalhando e recebendo a quantia do Bolsa Família e assim, ficando fora da linha da pobreza. Se no mês que a pesquisa domiciliar a visita dois membros da família perdem o emprego, ele volta para a extrema pobreza mesmo recebendo o auxílio, estando incluso na estatística.

Foster, Greer e Thorbecke (1984) buscam indicadores que consigam mensurar a pobreza, sintetizando sua taxa, o hiato e a desigualdade. Neste, traça-se três indicadores, sendo um deles, P1, que informa a taxa e o hiato da pobreza. A taxa de pobreza é representada por P0 e a desigualdade de renda entre os pobres é representada por P2. Utilizamos P1 e P2 como porcentagem de P0, já que a medida em que a renda média dos pobres aumenta e, conseqüentemente, o hiato diminui, a distribuição de renda fica menos desigual e assim, P1 e P2 vão se afastando de P0 e se aproximando de zero. A TD2499 nos mostra que, através desses indicadores, o PBF não só contribui para a retirada das famílias da pobreza, mas também consegue diminuir a pobreza e a pobreza extrema das famílias beneficiárias do programa, contribuindo assim para a redução do hiato.

Oliveira (2020), busca entender as dinâmicas da distribuição de renda, assim como os registros de rendimento que foram feitos em caráter especial com a Pnad COVID realizada pelo IBGE no último ano. O trabalho evidencia a distribuição dos rendimentos pessoais habituais tal como os efetivos do trabalho, mostrando de forma clara que este último está menor. Assim, Oliveira nos mostra que durante o período da pandemia, é possível observar três fatores marcantes: O primeiro, diz respeito a parte da população que teve renda efetiva zero, ou seja, não obteve renda proveniente do trabalho. Já o segundo, também sobre rendimento efetivo, nos mostra que estes foram

significativamente menores que o habitual. Por fim, ao longo de toda a distribuição, obteve-se rendimentos menores. Além disso, Oliveira mostra por meio de uma contribuição analítica que as variações da média, desigualdade e pobreza estão ligadas a diferentes fontes de renda.

Na carta de conjuntura número 48 do IPEA, Carvalho (2020) busca entender os impactos da pandemia do coronavírus sobre os rendimentos da população. Neste, busca-se mostrar que os rendimentos médios habitualmente recebido pela população brasileira como um todo, foi superior ao que foi efetivamente recebido. Esta diferença foi, principalmente no primeiro mês que o Auxílio Emergencial foi introduzido, estatisticamente significativa. Além disso, houve-se uma diferença entre os rendimentos dos trabalhadores com e sem carteira assinada e se eram do setor privado ou público. Em média, trabalhadores do setor público e com carteira assinada viram sua renda efetiva cair cerca de 10% da sua renda habitual, enquanto trabalhadores sem carteira assinada e pertencentes ao setor privado, tiveram sua renda efetiva reduzida em 25%. A carta também aborda a relevância do auxílio emergencial para mais de 5% dos domicílios brasileiros, que tiveram esse novo benefício do governo como única fonte de renda durante os primeiros meses da pandemia. Oliveira busca também entender como o AE ajudou a sustentar os rendimentos efetivos dos domicílios, mostrando que o impacto do AE nos rendimentos foi muitas vezes positivo quando analisado os domicílios de menor renda. Por fim, Oliveira busca analisar se o auxílio emergencial foi suficiente para compensar a perda de massa salarial que ocorreu no período.

#### **IV. Método**

O trabalho explora os dados existentes obtidos via a PNAD Covid e as diferenças entre renda habitual e efetivas dos domicílios brasileiros.

Um tema importante deste trabalho é observar e analisar a renda efetiva e habitual da população, fazendo um recorte para a pandemia do coronavírus e mostrar os efeitos que a introdução do auxílio emergencial teve nesta dinâmica de renda.

Com a evolução do trabalho, percebeu-se uma variação positiva na renda e poupança de camadas da população. O efeito positivo do Auxílio Emergencial motivou novas análises sobre o impacto na economia, e assim, através das séries temporais do Banco Central do Brasil, buscou-se dados sobre a captação líquida da caderneta de poupança.

#### **V. Dados**

Este capítulo tem como objetivo apresentar o conjunto de dados que foram utilizados para analisar os resultados encontrados e que serão, posteriormente, apresentados neste documento. No caso deste trabalho, os dados foram tratados com o objetivo de analisar as variações nas rendas efetiva e habitual da população durante a pandemia do coronavírus, e se o auxílio emergencial trouxe variações nestas rendas.

Contextualizando, desde o mês de março de 2021, passamos por a maior crise sanitária que este país vivenciou em mais de 100 anos. O número de brasileiros que contraíram o vírus da COVID-19 já soma mais de 21,4 milhões até setembro de 2021, com 595 mil óbitos. Na cidade do Rio de Janeiro, esses números são 1,28 milhões e 65,6 mil respectivamente.

Com o objetivo de fazer o monitoramento do número de brasileiros que contraíram o vírus e trazer informações mais atualizadas sobre a pandemia, o IBGE introduziu uma nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), focalizada na pandemia, está com nome PNAD COVID 19 e com divulgação mensal (inédito nas PNAD), entre

os meses de maio e novembro de 2020. Vale ressaltar a importância da pesquisa, sendo o IBGE o primeiro órgão de uma nação a coletar e divulgar dados em nível domiciliar, feitos por meio de entrevistas telefônicas devido ao distanciamento social.

A pesquisa foi estruturada de forma que quem atendesse o telefone e aceitasse responder as perguntas, responderia por todos os habitantes da respectiva residência. Além disso, sua amostra é fixa. Ou seja, todas as residências que foram entrevistadas no primeiro mês da pesquisa, serão também entrevistadas nas pesquisas seguintes. No primeiro mês de coleta das perguntas, o IBGE registrou cerca de 200 mil municípios, representando mais de 349 mil pessoas nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal. Como estas perguntas eram feitas de forma semanal, a PNAD COVID19 foi também um importante aliado no acompanhamento pelos agentes de saúde da evolução dos casos do vírus no país. Além da questão sanitária, a pesquisa permite identificar uma série de características sobre o mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia, nos mostrando o nível de renda das famílias, o montante de auxílios que foram recebidos e as diferenças de renda habitual e efetiva. Assim, torna-se possível monitorar em diferentes níveis de detalhamento, os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro.

A PNAD COVID 19 é feita em forma de painéis domiciliares, cujas amostras fixas de domicílios são seguidas de forma mensal em cada semana do respectivo mês. Para a pesquisa não se perder no tempo, a estratégia utilizada foi usar os domicílios brasileiros que foram entrevistados pelo IBGE no primeiro trimestre de 2019. Assim, torna-se possível para futuros pesquisadores observar variáveis tanto daquele momento específico de pandemia quanto, num momento futuro, as características temporais desta.

Outra característica interessante sobre a pesquisa é o dinamismo que as perguntas aplicadas oferecem em termos de análises. As informações que são coletadas ao longo das semanas podem variar, sendo possível sair do aspecto sanitário e abordar também temas sociais e econômicos. A pesquisa amostral nos mostra os valores recebidos por cada entrevistado em auxílios, assim como analisar os impactos do Auxílio Emergencial na renda dos entrevistados.

As perguntas feitas pelos entrevistadores do IBGE foram divididas em 3 grandes partes: sintomas que pudessem ser associados aos do coronavírus, perguntas relacionadas

a ocupação/trabalho do entrevistado e a terceira e última parte sobre a renda proveniente de outras fontes, como os auxílios. Na primeira parte, quando o entrevistado confirma que teve algum dos sintomas perguntados, busca-se saber se alguma providência em relação a estes sintomas foi tomada, como a procura por um profissional de saúde ou a automedicação. Na segunda parte, o seu objetivo inicial é entender se os entrevistados compõem a força de trabalho brasileira, para depois entender seu rendimento e em caso de desempregado, se está procurando um emprego. Além disso, pergunta-se o montante de horas trabalhadas, se há rendimentos recebidos que não correspondem às horas trabalhadas e permitindo entender as diferenças entre renda efetiva e a habitual. Por fim, na última parte da pesquisa inicialmente feita, buscava-se entender melhor as outras fontes de renda dos entrevistados, como por exemplo, se este recebia o Auxílio Emergencial, o Bolsa Família, o BPC e outros.

Deste modo, com o objetivo de explorar as diferenças na renda da população durante os principais meses da pandemia, foi utilizado como ponto de partida a variável explicativa referente a renda, obtida através da base de dados que foi criado com as informações de todas as PNADs Covid divulgadas. Esta variável acabara sendo utilizada de forma binária, com o objetivo de identificar se estamos tratando de uma renda efetiva ou habitual. Após extraído esses dados da base, foi feita uma seleção de novos dados que ajude a explorar os auxílios fornecidos pelo governo de maneira mais profunda, sendo está uma variável dependente de renda. Deste modo, é possível observar as interações entre as diferentes rendas da população e como os auxílios fornecidos pelo governo interagem com os dados. Por fim, outras variáveis que trouxessem mais clareza ao debate e que possibilitasse recortes mais profundos foram selecionadas, como a questão de heterogeneidade e as diferentes interações entre renda, auxílio e/ou benefícios e sexo.

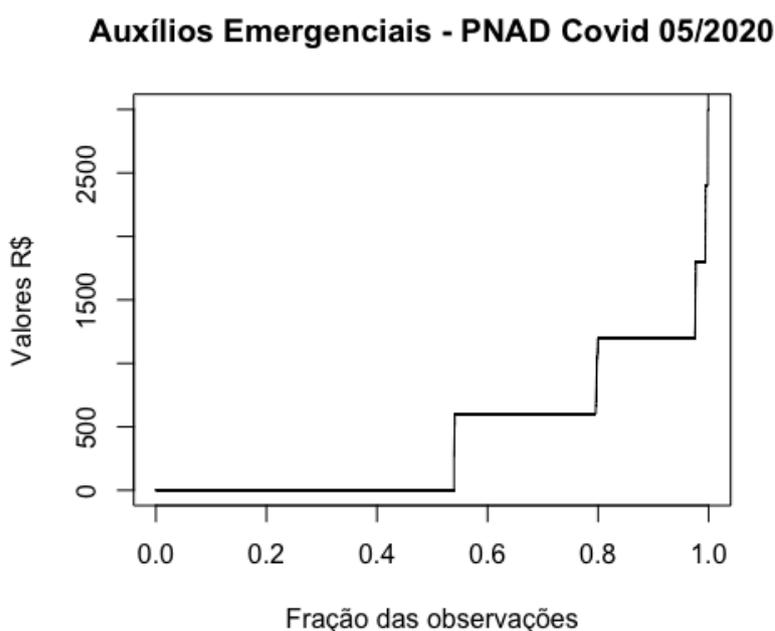
## VI. Resultados

### VII.I A queda da renda efetiva do trabalho na pandemia

Neste capítulo, utilizarei como ponto de partida a base de dados construída a partir da PNAD-Covid 19. Num primeiro momento, irei mostrar os resultados obtidos, com seus devidos recortes, da manipulação dos dados referentes aos meses de maio e novembro de 2020, buscando entender melhor a dinâmica entre renda efetiva e renda habitual do trabalho. Após esta, será investigado os acontecimentos relacionados a renda durante o segundo semestre de 2020, momento mais crítico da pandemia do coronavírus.

Com o intuito de entender como foi a distribuição do AE no primeiro mês que este foi implementado, foi feito o primeiro gráfico abaixo (Figura 1), referente a maio de 2020, no qual é possível observar que uma grande parcela dos auxílios emergenciais distribuídos à população, foi na faixa de 600 ou 1.200 reais, valores de referência para o programa do governo federal. Os múltiplos de 600, representam cerca de 45% das observações encontradas, não tendo a necessidade de tentar fracionar ainda mais esses valores. Além disso, cerca de 53% da população não recebeu qualquer tipo de auxílio. A outra parcela, menor do que 2% das observações, com valores maiores que 1.200 reais, podem estar relacionadas a outros auxílios que foram dados pelo governo.

Figura 1



Na Tabela 1 deste capítulo é possível observar a renda habitual e efetiva proveniente do trabalho no mês de maio. O trabalhador brasileiro recebia em média, um valor próximo de 18% superior ao que passou a receber durante o mês de maio. Portanto, o trabalhador viu sua renda cair neste mês da pandemia. Porém, estamos aqui tratando da média dos brasileiros, e este número deve variar quando realizados certos recortes. Em relação a heterogeneidade, percebeu-se que não houve nenhuma diferença entre a perda de renda de homens e mulheres, ambos perdendo cerca de 18% de sua renda habitual neste mês. Olhando agora para a escolaridade da população e questionando se o trabalhador brasileiro tiver uma escolaridade acima de outra traria algum impacto na renda, começamos a observar hiatos maiores e ainda mais significativos entre a renda habitualmente recebida e a renda efetiva. Percebeu-se, uma diferença de 5 pontos percentuais entre quem tinha ensino médio completo e quem tinha incompleto, este último recebendo apenas 75% do que habitualmente recebia. É curioso que não houve diferença de perda de renda habitual entre as escolaridades abaixo de ensino médio completo, ou seja, o trabalhador que não tinha ensino fundamental completo e o que não tinha ensino médio completo receberam, em média, 25% a menos do que antes recebiam. Como percebido, o impacto foi decrescente à medida que a escolaridade evoluir, sendo os trabalhadores com ensino superior completo os que tiveram as menores diferenças, de cerca de 15 pontos percentuais.

Tabela 1

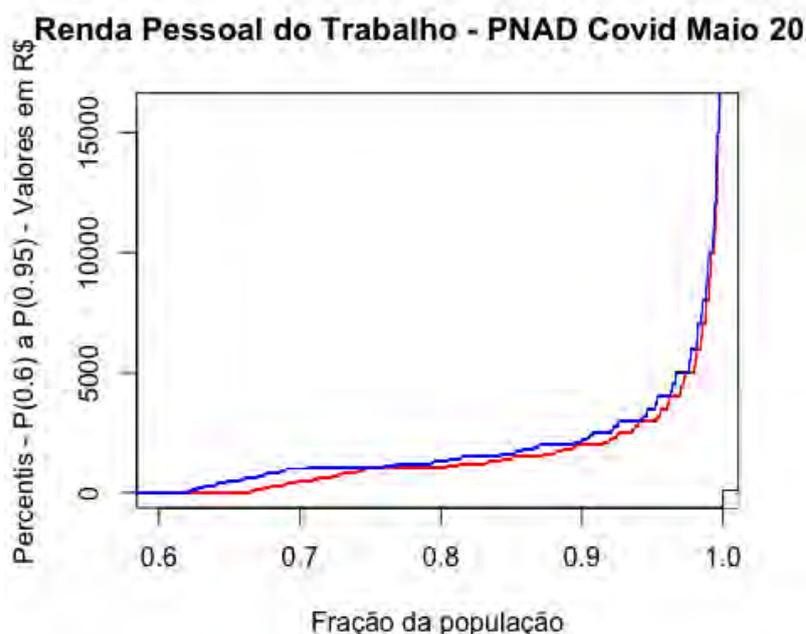
**Renda Efetiva e Habitual do Trabalho - Maio 2020**

|                               | <u>Renda Efetiva</u> |       | <u>Renda Habitual</u> |       |
|-------------------------------|----------------------|-------|-----------------------|-------|
| <b>Média Brasil</b>           | R\$                  | 1.898 | R\$                   | 2.320 |
| <b>Homens</b>                 | R\$                  | 2.048 | R\$                   | 2.505 |
| <b>Mulheres</b>               | R\$                  | 1.697 | R\$                   | 2.071 |
| <b>Fundamental Incompleto</b> | R\$                  | 924   | R\$                   | 1.230 |
| <b>Fundamental Completo</b>   | R\$                  | 1.182 | R\$                   | 1.576 |
| <b>Médio Incompleto</b>       | R\$                  | 1.052 | R\$                   | 1.398 |
| <b>Médio Completo</b>         | R\$                  | 1.390 | R\$                   | 1.739 |
| <b>Superior</b>               | R\$                  | 3.361 | R\$                   | 3.949 |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Ainda referente ao mês de maio, é interessante olharmos para as distribuições de renda de toda a população, não somente aqueles que trabalham. Há uma parcela significativa da população no mês de maio que não obtiveram sua renda vinda do trabalho, cerca de 40% da população brasileira, como mostrado no gráfico a seguir. Além disso, observamos que as curvas de renda habitual e efetiva andam juntas, porém com uma diferença de 15%, como antes mostrado. A Figura 2 também reforça que os rendimentos efetivos são menores (linha vermelha). A linha azul representa os rendimentos habituais.

Figura 2



Fonte: IBGE / PNAD Covid-19

A Tabela 2 é importante para quantificarmos as residências brasileiras que receberam o auxílio emergencial em relação a seu nível de renda. Nos domicílios que não possuíam renda, cerca de 40% destes receberam o auxílio emergencial, quando considerado apenas a renda efetiva do trabalho (primeira coluna). Quando considerado a renda de outras fontes, nota-se que 67% das residências sem renda receberam o AE. Se comparamos esses mesmos dados com a segunda faixa de renda – R\$901,00 e R\$1.350,00 – percebemos que essas proporções foram de, aproximadamente, 55% e 57%. Ou seja, quando o a renda que um domicílio recebe sem nenhum tipo de auxílio ou benefício, é considerada muito baixa (a segunda faixa de renda da tabela), um maior número de

residências brasileiras recebeu o auxílio emergencial que os considerados sem renda. Este último grupo deveria ter recebido algo superior ao segundo grupo, o que não aconteceu. Por fim, percebemos que mesmo residências com renda alta, ainda receberam o auxílio emergencial, em proporções muito menores, mas ainda assim fica o questionamento se estes deveriam ter recebido algum valor.

Tabela 2

***Domicílios que receberam o Auxílio Emergencial (%) - Maio 2020***

|                           | <u>Renda Efetiva</u> | <u>Renda Efetiva + Benefícios</u> | <u>Renda Efetiva + Benefícios + AE</u> |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------------|--|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                      |                                   |  |
| Zero                      | 41,5                 | 67,6                              | 0,0                                    |
| Menor que R\$900,00       | 55,0                 | 56,8                              | 49,4                                   |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | 38,3                 | 35,1                              | 46,5                                   |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | 26,3                 | 26,5                              | 41,1                                   |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | 14,9                 | 15,7                              | 24,8                                   |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | 7,4                  | 7,6                               | 9,8                                    |
| Maior que R\$9.000,00     | 2,6                  | 2,9                               | 3,4                                    |

Fonte: IBGE / PNAD Covid-19

Buscando entender de forma ainda mais detalhada quais foram os reais impactos da pandemia sobre a população mais pobre, segmentou-se a população entre as mesmas faixas de renda da tabela acima, mas agora com o objetivo de observar como ficou as divisões de renda proveniente do trabalho. Desta forma, foi possível observar o valor médio pago no auxílio para cada faixa de renda.

A partir da Tabela 3 abaixo, é fácil de se perceber que foi a população mais carente que teve seu rendimento efetivo do trabalho mais afetado. Na faixa de renda mais baixa, o hiato entre a renda habitual e efetiva foi de 51%, muito significativo. Quando comparado com uma renda na faixa entre R\$2.251,00 e R\$4.500,00, o hiato desta faixa de renda, média, foi de 12%. Ou seja, esta parcela da população perdeu apenas 12% de sua renda habitual, diferença muito significativa. Mesmo assim, foi essa faixa de renda que teve os maiores valores médios de AE, de cerca de 890 reais, enquanto a parcela mais pobre da população recebeu um valor 11% inferior. Percebemos que a faixa de renda mais humilde, recebe somente em outras fontes, excluindo o AE, praticamente o mesmo valor que o de

sua renda habitual. Ou seja, o rendimento dessas outras fontes dobra a sua renda. O mesmo não é válido para a faixa de renda considerada média acima. Se incluirmos agora todas as fontes de renda, com a renda proveniente do trabalho, os auxílios e benefícios e o AE, conseguimos analisar as diferenças entre as rendas efetivas e habituais além das provenientes do trabalho. Na camada mais pobre, viu-se um hiato entre renda efetiva e habitual de menos de 1 ponto percentual, mostrando assim que o AE cumpriu o seu papel de evitar a perda de renda na camada mais pobre da população. Já no brasileiro com renda média, sua renda efetiva ficou cerca de 6% abaixo da sua renda habitual, mostrando assim que mesmo recebendo um AE com valor um pouco superior, ele acabou perdendo mais renda que o mais pobre. Já os domicílios na segunda faixa de renda, viram sua renda efetiva ficar 3% maior do que sua renda habitual neste mês de maio. Estes, já recebem um valor de benefícios 2% maior que sua renda habitual do trabalho e viram sua renda efetiva do trabalho durante o mês de maio ficar 28% menor que a habitual. Porém, um auxílio de 890 reais mais que compensou esse efeito e trouxe sua renda na pandemia aumentar em 3% como dito anteriormente.

Tabela 3

**Fonte de Rendimentos por faixa de renda - Maio 2020**

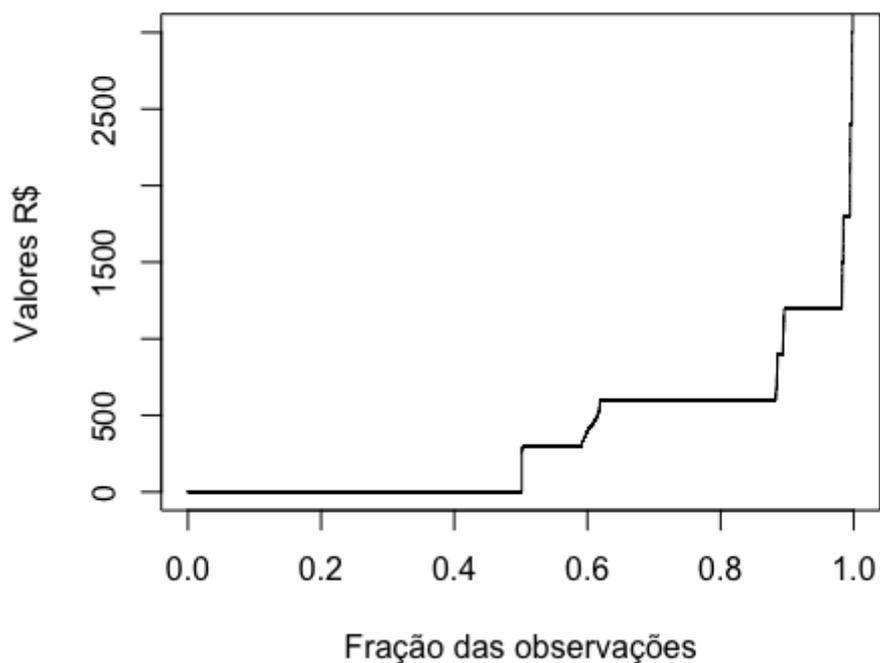
|                           | <u>Efetiva do Trabalho</u> | <u>Habitual do Trabalho</u> | <u>Outras Rendas</u> | <u>Renda Efetiva com Outras fontes</u> | <u>Habitual com Outras fontes</u> | <u>Auxílio Emergencial</u> | <u>Efetiva com AE</u> |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------|--|-----------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Faixa de Renda            |                            |                             |                      |  |                                   |                            |                       |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 384                    | R\$ 787                     | R\$ 752              | R\$ 736                                | R\$ 1.140                         | R\$ 801                    | R\$ 1.132             |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 921                    | R\$ 1.269                   | R\$ 1.288            | R\$ 1.650                              | R\$ 1.998                         | R\$ 890                    | R\$ 2.065             |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 1.910                  | R\$ 2.334                   | R\$ 1.743            | R\$ 2.817                              | R\$ 3.241                         | R\$ 858                    | R\$ 3.170             |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 3.994                  | R\$ 4.569                   | R\$ 2.755            | R\$ 5.433                              | R\$ 6.008                         | R\$ 890                    | R\$ 5.654             |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 8.342                  | R\$ 9.314                   | R\$ 5.281            | R\$ 11.127                             | R\$ 12.099                        | R\$ 761                    | R\$ 11.202            |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 20.921                 | R\$ 22.703                  | R\$ 9.677            | R\$ 26.329                             | R\$ 28.111                        | R\$ 723                    | R\$ 25.353            |
| Todas as Faixas           | R\$ 2.247                  | R\$ 2.747                   | R\$ 1.899            | R\$ 3.202                              | R\$ 3.702                         | R\$ 846                    | R\$ 3.530             |

Fonte: IBGE / PNAD Covid-19

Para efeitos de comparação e entendimento sobre a dinâmica do AE sobre a renda efetiva dos domicílios durante a pandemia, foi feita uma análise passada cinco meses, para o mês de novembro. Percebemos uma mudança na distribuição dos auxílios. Agora, uma maior parte da população recebe algum tipo de benefício, um ganho de 3 p.p em relação a maio. Porém, temos uma menor quantidade de pessoas recebendo valores na faixa de 1.200 reais. Cerca de 30% recebem algo em torno de 600 reais, enquanto 18% recebem os 1.200 reais, como mostrado na Figura 3 abaixo:

Figura 3

### Auxílios Emergenciais - PNAD Covid 10/2020



Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

No mês de novembro, podemos observar uma outra dinâmica entre a renda habitual e efetiva do trabalho. Quando analisamos o hiato, este é de menos de 6 pontos percentuais. Ou seja, a renda efetiva em novembro já é equivalente a 94% da renda habitualmente recebida. Número este, bem maior do que o de 82% de maio do mesmo ano. Porém, não podemos analisar somente os números gerais, é necessário fazer os mesmos recortes de antes. Se em maio o hiato dos homens e das mulheres eram os mesmos, agora eles diferem em 1 ponto percentual, com as mulheres tendo 94% da sua renda habitual, 1% a mais que os homens. Além disso, a mesma dinâmica sobre grau de escolaridade foi observada, na qual quanto maior a escolaridade, menor a diferença entre a renda efetivamente recebida e renda habitualmente recebida.

Tabela 4

**Renda Efetiva e Habitual do Trabalho - Novembro 2020**

|                        | <u>Renda Efetiva</u> |       | <u>Renda Habitual</u> |       |
|------------------------|----------------------|-------|-----------------------|-------|
| Média Brasil           | R\$                  | 2.185 | R\$                   | 2.333 |
| Homens                 | R\$                  | 2.333 | R\$                   | 2.496 |
| Mulheres               | R\$                  | 1.974 | R\$                   | 2.102 |
| Fundamental Incompleto | R\$                  | 1.171 | R\$                   | 1.291 |
| Fundamental Completo   | R\$                  | 1.444 | R\$                   | 1.591 |
| Médio Incompleto       | R\$                  | 1.310 | R\$                   | 1.434 |
| Médio Completo         | R\$                  | 1.649 | R\$                   | 1.765 |
| Superior               | R\$                  | 3.660 | R\$                   | 3.862 |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 5

**Razão Maio/Novembro**

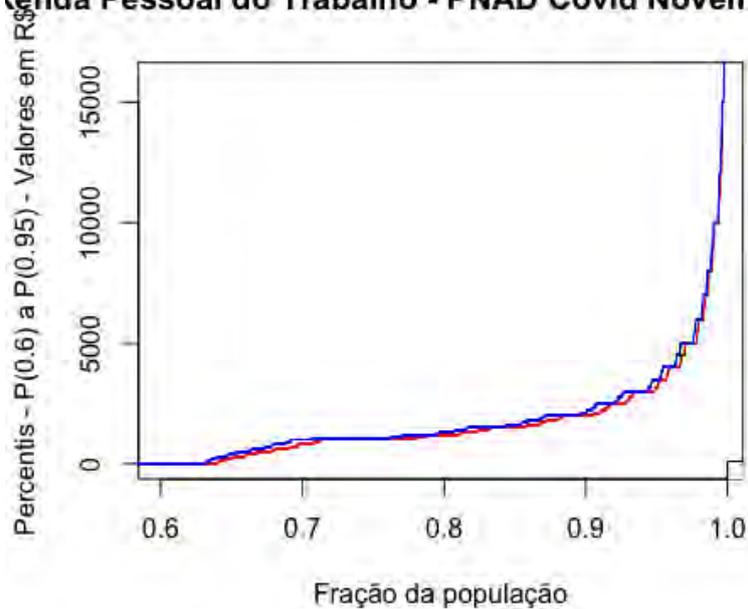
|                        | Maio | Novembro |
|------------------------|------|----------|
| Média Brasil           | 0,82 | 0,94     |
| Homens                 | 0,82 | 0,93     |
| Mulheres               | 0,82 | 0,94     |
| Fundamental Incompleto | 0,75 | 0,91     |
| Fundamental Completo   | 0,75 | 0,91     |
| Médio Incompleto       | 0,75 | 0,91     |
| Médio Completo         | 0,80 | 0,93     |
| Superior               | 0,85 | 0,95     |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

De fato, ao fazermos a figura da renda habitual do trabalho e a renda efetiva do trabalho (Figura 4), percebemos que o espaçamento entre as duas linhas diminui em relação ao da Figura 2, referente ao mês de maio. Isso nos mostra que ao final do ano de 2020, os domicílios brasileiros já estavam chegando próximos de sua renda habitual, e os impactos da Covid-19 sobre a renda proveniente do trabalho já estava sendo minimizada, com muitos brasileiros já voltando aos seus postos de trabalhos devido a reabertura gradual.

Figura 4

### Renda Pessoal do Trabalho - PNAD Covid Novembro



Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Em relação a proporção de domicílios que receberam o auxílio emergencial no mês de novembro, percebemos que tal proporção aumentou em praticamente todos os níveis de renda. A exceção foi os domicílios considerados de renda muito alta, última linha da faixa, nos quais estes passaram a representar uma menor porcentagem em todas as três colunas de renda recebida. Assim, podemos perceber que ao longo dos meses que se passaram, o AE foi capaz de chegar em um maior número de domicílios brasileiros, aumentando sua abrangência principalmente nas faixas de renda menores, dos mais necessitados, como na Tabela 6.

Tabela 6

***Domicílios que receberam o Auxílio Emergencial (%) - Novembro 2020***

|                           | <u>Renda Efetiva</u> | <u>Renda Efetiva + Benefícios</u> | <u>Renda Efetiva +</u> |
|---------------------------|----------------------|-----------------------------------|------------------------|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                      |                                   |                        |
| Zero                      | 40,2                 | 78,0                              | 0,0                    |
| Menor que R\$900,00       | 60,4                 | 60,6                              | 58,0                   |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | 45,0                 | 40,1                              | 43,9                   |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | 32,6                 | 32,2                              | 41,2                   |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | 17,7                 | 18,7                              | 26,6                   |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | 7,8                  | 8,0                               | 10,0                   |
| Maior que R\$9.000,00     | 1,8                  | 2,2                               | 2,5                    |

Fonte: IBGE / PNAD Covid-19

**VII.II As diferenças entre renda habitual e renda efetiva com o AE**

Em maio, percebemos que foram os domicílios de faixa de renda menores os que tiveram seus rendimentos provenientes do trabalho mais afetados pelos meses iniciais da pandemia. No mês de novembro, percebemos que a diferença entre a renda habitualmente recebida pelo trabalho e a efetiva diminuiu significativamente. Se antes os trabalhadores viram sua renda cair pela metade, em novembro sua renda caiu 20% para a faixa mais pobre, 10% para a faixa entre R\$901,00 – R\$1.350 e menos de 2% para os que ganham acima de nove mil reais. Vale destacar que a coluna referente a outras rendas, na faixa mais pobre dos domicílios, equivale a 167% da renda efetiva do trabalho. Além disso, há um fato que vale o destaque: se em maio o auxílio emergencial, em valores nominais, era de 801 reais para a faixa mais pobre da população, enquanto a mais rica recebia, em média, 723 reais, estes números foram para 480 e 801 respectivamente. Ou seja, o AE aumentou para os domicílios mais abastados, enquanto os mais necessitados tiveram o valor de seu benefício emergencial reduzidos. Por fim, como o objetivo é entender se o AE foi efetivo em reduzir o hiato entre renda efetiva e habitual no mês de análise, é importante olhar para esta dinâmica. Se em maio o AE ajudou a fechar esse hiato, mas não a reduzi-lo por completo, em novembro ele foi responsável por não só igualar a renda efetiva com a habitual, mas também a ultrapassar para os que tinham faixa de renda de até R\$2.250,00. Os que possuíam renda inferior aos 900 reais, tiveram no mês de novembro renda efetiva 16% superior, número expressivo e que nos leva a maiores indagações sobre os impactos na economia. Já os com faixa de renda superiores, viram

esta diferença diminuir de forma significativa, mas ainda não suficiente para chegar à paridade.

Em níveis gerais de renda, ou seja, a renda média de todas as faixas de renda, percebemos que mesmo com o valor médio do AE reduzindo em cerca de 34% em cinco meses, a renda efetiva dos domicílios brasileiros ficou 1,5% mais alta que a renda habitualmente recebida. Como este capítulo não tem como objetivo chegar as conclusões ainda, faço o breve comentário que a luz destes resultados o auxílio emergencial parece ter cumprido seu papel, e até mesmo superado o desejo inicialmente esperado quando foi introduzido.

Tabela 7

**Fonte de Rendimentos por faixa de renda - Novembro 2020**

|                           | <u>Efetiva do</u><br><u>Trabalho</u> | <u>Habitual do</u><br><u>Trabalho</u> | <u>Outras Rendas</u> | <u>Renda Efetiva</u><br><u>com Outras</u> | <u>Habitual com</u><br><u>Outras fontes</u> | <u>Auxílio</u><br><u>Emergencial</u> | <u>Efetiva com AE</u> |
|---------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------------|---|---|--------------------------------------|-----------------------|
| Faixa de Renda            |                                      |                                       |                      |   |   |                                      |                       |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 445                              | R\$ 554                               | R\$ 747              | R\$ 794                                   | R\$ 903                                     | R\$ 480                              | R\$ 1.075             |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 1.107                            | R\$ 1.239                             | R\$ 1.457            | R\$ 1.778                                 | R\$ 2.007                                   | R\$ 526                              | R\$ 2.108             |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 2.138                            | R\$ 2.305                             | R\$ 1.799            | R\$ 2.893                                 | R\$ 3.188                                   | R\$ 605                              | R\$ 3.274             |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 4.199                            | R\$ 4.439                             | R\$ 2.711            | R\$ 5.443                                 | R\$ 5.802                                   | R\$ 742                              | R\$ 5.764             |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 8.445                            | R\$ 8.825                             | R\$ 5.344            | R\$ 11.278                                | R\$ 11.569                                  | R\$ 791                              | R\$ 11.361            |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 20.382                           | R\$ 20.773                            | R\$ 9.101            | R\$ 26.316                                | R\$ 26.134                                  | R\$ 801                              | R\$ 25.765            |
| Todas as Faixas           | R\$ 2.557                            | R\$ 2.731                             | R\$ 2.024            | R\$ 3.553                                 | R\$ 3.727                                   | R\$ 555                              | R\$ 3.783             |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 8

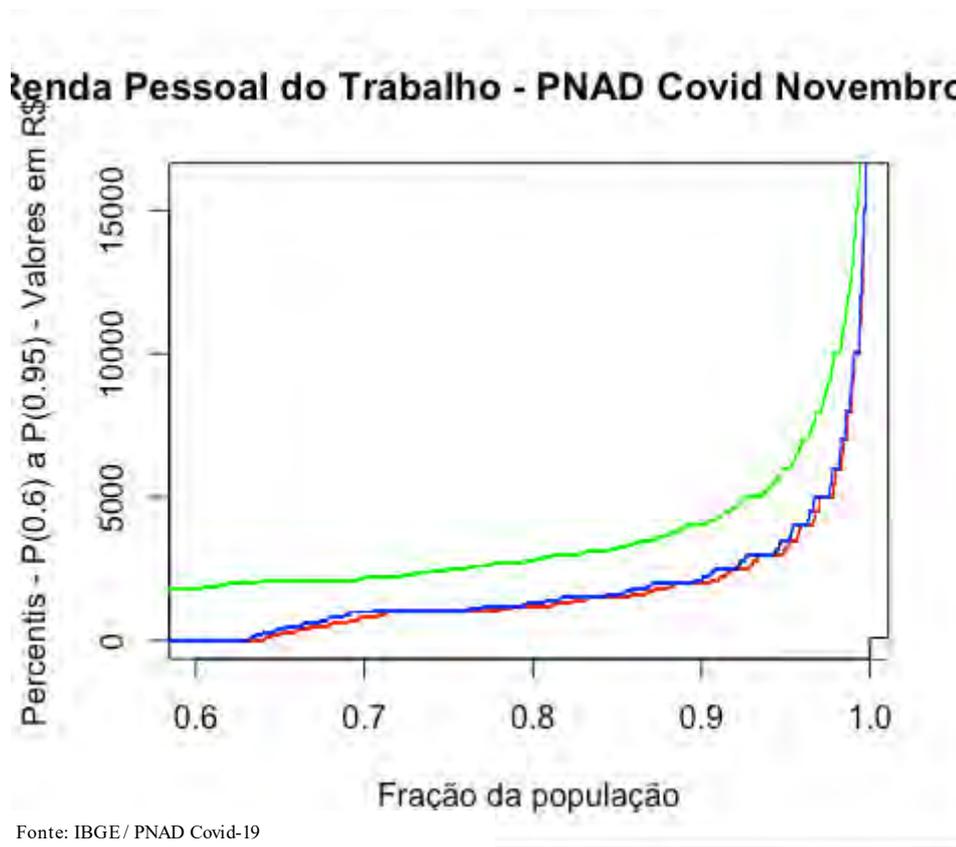
**Diferença entre Renda Habitual e Efetiva com Auxílio Emergencial**

| <u>Faixa de Renda</u>     | <u>Maior</u> | <u>Novembro</u> |
|---------------------------|--------------|-----------------|
| Menor que R\$900,00       | -0,7%        | 16,0%           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | 3,2%         | 4,8%            |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | -2,2%        | 2,6%            |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | -6,3%        | -0,7%           |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | -8,0%        | -1,8%           |
| Maior que R\$9.000,00     | -10,9%       | -1,4%           |
| Geral                     | -4,9%        | 1,5%            |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Através da Figura 5 abaixo, também é possível perceber a diferença de renda quando introduzido todas as outras fontes de renda dos domicílios no mês de novembro, incluindo o AE. Percebemos que a renda efetiva do trabalho, em vermelho, e a renda habitual do trabalho, em azul, caminham próximas umas das outras, porém, a curva em verde, representada por a renda efetiva total dos domicílios, é muito superior, próximo de 48% superior a renda efetiva e 38% superior a renda habitual.

Figura 5



### VII.III A Massa de Rendimentos com a inclusão do Auxílio Emergencial

Com o objetivo de quantificar, de forma agregada, a relação entre a renda total da população e o que foi adicionado pelo AE durante o período de maio – novembro de 2020, é necessário olhar para a massa total de renda, demonstrado nas Tabelas 9 – 15. Em suma, está nos mostra que de fato houve uma queda na massa de renda efetiva em todos os meses analisados. Maio, foi o mês que esta diferença foi mais acentuada, com a massa de rendimentos efetiva ficando cerca de 18% menor que a massa de rendimentos habituais. Porém, ao longo dos meses essa diferença foi se reduzindo, passando para 10% em agosto

e 6% em novembro. Vale ressaltar que a renda habitual, quando analisada sob a ótica de massa de rendimento, em média, ao longo dos meses, estável.

Quando analisado pelas faixas de renda, percebemos que essa diferença foi mais acentuada nas camadas mais pobres da população. Nos domicílios com renda inferior a 900 reais, a diferença destas massas ultrapassou os 50% em maio, chegando aos 20% no mês de novembro. Porém, foi a população desta faixa de renda que viu sua renda habitual diminuir em cerca de 40% durante os sete meses analisados. Para isto, é válido observar a diferença entre as massas do AE e do hiato entre renda habitual e efetiva, o delta. Percebemos que, quanto menores as faixas de renda, maior este delta. Em maio, o primeiro mês do auxílio, é possível perceber que este cumpriu integralmente seu papel, com a massa do delta sendo equivalente ao hiato. Na segunda menor faixa de renda, esse delta foi até positivo em cerca de 1,1 bilhão de reais. No restante das faixas, a massa de rendimento do AE foi inferior ao hiato.

Buscando entender como essa dinâmica evoluiu nos meses subsequentes, a mesma dinâmica foi feita. Em suma, observou-se que este delta aumentou de forma significativa em toda as faixas de renda, chegando a patamares positivos para domicílios com renda de até quatro mil e quinhentos reais. O mês de julho é um de destaque. Domicílios com a menor faixa de renda, viram o delta, que em maio era zero, chegar a 4,2 bilhões de reais. Assim como as duas faixas de renda subsequentes, que tiveram seus deltas aumentados em 0,7 e 1,9 bilhões de reais. Todos os resultados podem ser vistos nas tabelas abaixo:

Tabela 9

**Massas - Maio 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial</u><br><u>Efetiva</u> | <u>Salarial</u><br><u>Habitual</u> | <u>Hiato entre</u><br><u>Habitual e</u><br><u>Efetiva</u> | <u>Rendimento do</u><br><u>AE</u> | <u>Rendimento de</u><br><u>outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------------|--|-------------------|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                                   |                                    |   |                                   |  |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 7,9                           | R\$ 16,3                           | R\$ 8,3   | R\$ 8,3                           | R\$ 7,3                                      | R\$ -             |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 13,3                          | R\$ 18,3                           | R\$ 5,0   | R\$ 6,1                           | R\$ 10,5                                     | R\$ 1,1           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 32,8                          | R\$ 40,0                           | R\$ 7,3   | R\$ 6,2                           | R\$ 15,8                                     | -R\$ 1,1          |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 43,7                          | R\$ 50,0                           | R\$ 6,3   | R\$ 2,5                           | R\$ 16,0                                     | -R\$ 3,8          |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 31,8                          | R\$ 35,5                           | R\$ 3,7   | R\$ 0,3                           | R\$ 10,8                                     | -R\$ 3,4          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 27,9                          | R\$ 30,3                           | R\$ 2,4   | R\$ 0,0                           | R\$ 7,4                                      | -R\$ 2,4          |
| <b>Todas as Faixas</b>    | <b>R\$ 157,3</b>                  | <b>R\$ 192,2</b>                   | <b>R\$ 34,9</b>   | <b>R\$ 23,4</b>                   | <b>R\$ 67,8</b>                              | <b>-R\$ 11,5</b>  |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 10

**Massas - Junho 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial Efetiva</u> | <u>Salarial Habitual</u> | <u>Hiato entre Habitual e Efetiva</u> | <u>Rendimento do AE</u> | <u>Rendimento de outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Faixa de Renda            |                         |                          |                                       |                         |                                    |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 6,2                 | R\$ 12,8                 | R\$ 6,6                               | R\$ 7,8                 | R\$ 5,6                            | R\$ 1,2           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 14,0                | R\$ 19,1                 | R\$ 5,1                               | R\$ 8,0                 | R\$ 11,5                           | R\$ 2,9           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 33,3                | R\$ 40,5                 | R\$ 7,2                               | R\$ 7,7                 | R\$ 16,8                           | R\$ 0,5           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 44,8                | R\$ 61,2                 | R\$ 6,3                               | R\$ 3,2                 | R\$ 16,9                           | -R\$ 3,1          |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 32,7                | R\$ 36,4                 | R\$ 3,6                               | R\$ 0,4                 | R\$ 11,8                           | -R\$ 3,2          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 28,3                | R\$ 30,4                 | R\$ 2,1                               | R\$ 0,1                 | R\$ 8,3                            | -R\$ 2,1          |
| Todas as Faixas           | R\$ 159,3               | R\$ 191,6                | R\$ 32,3                              | R\$ 27,2                | R\$ 70,7                           | -R\$ 5,1          |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 11

**Massas - Julho 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial Efetiva</u> | <u>Salarial Habitual</u> | <u>Hiato entre Habitual e Efetiva</u> | <u>Rendimento do AE</u> | <u>Rendimento de outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Faixa de Renda            |                         |                          |                                       |                         |                                    |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 6,7                 | R\$ 11,2                 | R\$ 4,4                               | R\$ 8,6                 | R\$ 6,5                            | R\$ 4,2           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 13,2                | R\$ 16,7                 | R\$ 3,5                               | R\$ 7,1                 | R\$ 10,2                           | R\$ 3,6           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 34,7                | R\$ 40,7                 | R\$ 6,0                               | R\$ 8,4                 | R\$ 16,8                           | R\$ 2,4           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 47,3                | R\$ 52,8                 | R\$ 5,5                               | R\$ 3,9                 | R\$ 17,2                           | -R\$ 1,6          |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 33,4                | R\$ 36,3                 | R\$ 3,0                               | R\$ 0,4                 | R\$ 11,9                           | -R\$ 2,6          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 30,6                | R\$ 32,1                 | R\$ 1,5                               | R\$ 0,1                 | R\$ 8,3                            | -R\$ 1,4          |
| Todas as Faixas           | R\$ 166,0               | R\$ 190,0                | R\$ 24,6                              | R\$ 28,5                | R\$ 71,0                           | R\$ 3,9           |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 12

**Massas - Agosto 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial Efetiva</u> | <u>Salarial Habitual</u> | <u>Hiato entre Habitual e Efetiva</u> | <u>Rendimento do AE</u> | <u>Rendimento de outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|-------------------|
| Faixa de Renda            |                         |                          |                                       |                         |                                    |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 6,7                 | R\$ 9,9                  | R\$ 3,2                               | R\$ 8,4                 | R\$ 6,4                            | R\$ 5,2           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 13,2                | R\$ 16,0                 | R\$ 2,8                               | R\$ 6,9                 | R\$ 10,2                           | R\$ 4,1           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 35,8                | R\$ 41,0                 | R\$ 5,2                               | R\$ 8,6                 | R\$ 16,5                           | R\$ 3,5           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 50,0                | R\$ 54,8                 | R\$ 4,8                               | R\$ 4,3                 | R\$ 17,4                           | -R\$ 0,5          |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 35,5                | R\$ 38,2                 | R\$ 2,8                               | R\$ 0,5                 | R\$ 12,2                           | -R\$ 2,3          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 31,1                | R\$ 32,4                 | R\$ 1,3                               | R\$ 0,1                 | R\$ 8,8                            | -R\$ 1,2          |
| Todas as Faixas           | R\$ 172,7               | R\$ 193,1                | R\$ 20,4                              | R\$ 28,8                | R\$ 71,7                           | R\$ 8,4           |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 13

**Massas - Setembro 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial</u><br><u>Efetiva</u> | <u>Salarial</u><br><u>Habitual</u> | <u>Hiato entre</u><br><u>Habitual e</u> | <u>Rendimento do</u><br><u>AE</u> | <u>Rendimento de</u><br><u>outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------------|--|-------------------|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                                   |                                    |   |                                   |  |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 6,7                           | R\$ 9,5                            | R\$ 2,8                                 | R\$ 8,2                           | R\$ 6,4                                      | R\$ 5,4           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 13,3                          | R\$ 15,7                           | R\$ 2,4                                 | R\$ 6,7                           | R\$ 10,1                                     | R\$ 4,3           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 36,6                          | R\$ 40,9                           | R\$ 4,4                                 | R\$ 8,4                           | R\$ 16,5                                     | R\$ 4,0           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 50,9                          | R\$ 55,1                           | R\$ 4,2                                 | R\$ 4,3                           | R\$ 17,5                                     | R\$ 0,1           |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 36,8                          | R\$ 39,4                           | R\$ 2,6                                 | R\$ 0,6                           | R\$ 12,7                                     | -R\$ 2,0          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 31,3                          | R\$ 33,0                           | R\$ 1,6                                 | R\$ 0,1                           | R\$ 8,6                                      | -R\$ 1,5          |
| <b>Todas as Faixas</b>    | <b>R\$ 175,6</b>                  | <b>R\$ 193,8</b>                   | <b>R\$ 18,2</b>                         | <b>R\$ 28,1</b>                   | <b>R\$ 71,7</b>                              | <b>R\$ 9,9</b>    |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 14

**Massas - Outubro 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial</u><br><u>Efetiva</u> | <u>Salarial</u><br><u>Habitual</u> | <u>Hiato entre</u><br><u>Habitual e</u> | <u>Rendimento do</u><br><u>AE</u> | <u>Rendimento de</u><br><u>outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------------|--|-------------------|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                                   |                                    |   |                                   |  |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 8,4                           | R\$ 10,9                           | R\$ 2,5                                 | R\$ 6,6                           | R\$ 7,0                                      | R\$ 4,1           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 14,2                          | R\$ 16,1                           | R\$ 1,9                                 | R\$ 4,5                           | R\$ 10,4                                     | R\$ 2,6           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 37,0                          | R\$ 40,7                           | R\$ 3,7                                 | R\$ 6,2                           | R\$ 15,8                                     | R\$ 2,5           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 52,1                          | R\$ 55,4                           | R\$ 3,3                                 | R\$ 3,4                           | R\$ 17,5                                     | R\$ 0,1           |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 37,6                          | R\$ 39,4                           | R\$ 1,8                                 | R\$ 0,5                           | R\$ 12,8                                     | -R\$ 1,3          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 32,1                          | R\$ 32,8                           | R\$ 0,7                                 | R\$ 0,0                           | R\$ 8,8                                      | -R\$ 0,6          |
| <b>Todas as Faixas</b>    | <b>R\$ 181,5</b>                  | <b>R\$ 195,6</b>                   | <b>R\$ 14,1</b>                         | <b>R\$ 21,2</b>                   | <b>R\$ 72,4</b>                              | <b>R\$ 7,1</b>    |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Tabela 15

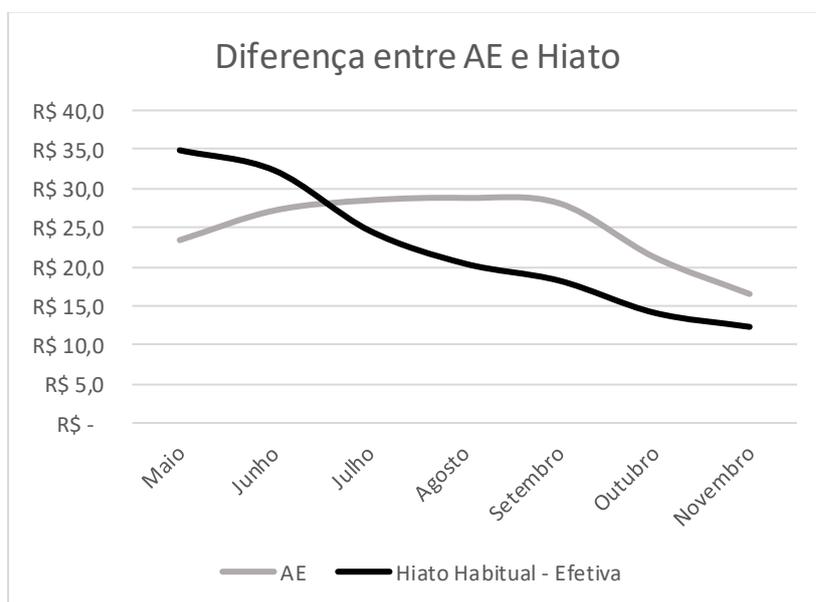
**Massas - Novembro 2020 (bilhões)**

|                           | <u>Salarial</u><br><u>Efetiva</u> | <u>Salarial</u><br><u>Habitual</u> | <u>Hiato entre</u><br><u>Habitual e</u> | <u>Rendimento do</u><br><u>AE</u> | <u>Rendimento de</u><br><u>outras fontes</u> | <u>AE - Hiato</u> |
|---------------------------|-----------------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------------|--|-------------------|
| <b>Faixa de Renda</b>     |                                   |                                    |   |                                   |  |                   |
| Menor que R\$900,00       | R\$ 9,2                           | R\$ 11,5                           | R\$ 2,2                                 | R\$ 5,8                           | R\$ 7,3                                      | R\$ 3,6           |
| R\$901,00 - R\$1.350,00   | R\$ 16,2                          | R\$ 18,2                           | R\$ 1,9                                 | R\$ 3,4                           | R\$ 11,3                                     | R\$ 1,5           |
| R\$1351,00 - R\$2.250,00  | R\$ 37,1                          | R\$ 39,9                           | R\$ 2,9                                 | R\$ 4,4                           | R\$ 15,3                                     | R\$ 1,5           |
| R\$2.251,00 - R\$4.500,00 | R\$ 50,5                          | R\$ 53,4                           | R\$ 2,8                                 | R\$ 2,4                           | R\$ 16,5                                     | -R\$ 0,4          |
| R\$4.501,00 - R\$9.000,00 | R\$ 37,0                          | R\$ 38,6                           | R\$ 1,6                                 | R\$ 0,4                           | R\$ 12,6                                     | -R\$ 1,2          |
| Maior que R\$9.000,00     | R\$ 31,8                          | R\$ 32,4                           | R\$ 0,6                                 | R\$ 0,0                           | R\$ 8,6                                      | -R\$ 0,6          |
| <b>Todas as Faixas</b>    | <b>R\$ 181,9</b>                  | <b>R\$ 194,2</b>                   | <b>R\$ 12,3</b>                         | <b>R\$ 16,5</b>                   | <b>R\$ 71,7</b>                              | <b>R\$ 4,2</b>    |

Fonte: IBGE/ PNAD Covid-19

Assim, conseguimos analisar de forma mais clara esse delta quando olhamos para o gráfico das massas do hiato e do auxílio emergencial. Percebe-se, na Figura 6 que o hiato era muito superior as massas do AE no mês de maio e logo nos meses subsequentes, essa dinâmica mudou, nos mostrando a força que o AE teve nas massas de rendimentos da população como um todo.

Figura 6



#### VII.IV O Aumento da Captação Líquida da Caderneta de Poupança

Apesar de não ser o objetivo inicial desta Monografia, que busca entender os efeitos da pandemia do coronavírus sobre a renda da população e se o Auxílio Emergencial trouxe impactos positivos para a renda, o ano de 2020 foi também marcado por um movimento histórico nos níveis de investimento em caderneta de poupança dos brasileiros. Dito isso, observar e tentar entender a dinâmica deste movimento a eventuais relações com o Auxílio Emergencial pode ser fruto de uma continuação deste presente trabalho num futuro. Entretanto, é interessante apresentar alguns dados sobre a poupança dos brasileiros e como ela se comportou no ano de 2020.

Num primeiro momento, seria intuitivo pensar que, com a queda da renda efetiva dos domicílios brasileiros, os níveis de poupança deveriam cair, o que não ocorreu. Muito pelo contrário, ele atingiu níveis históricos. A Anbima divulga de forma anual, um relatório sobre o perfil do investidor brasileiro, uma pesquisa feita a nível nacional com

membros das classes A, B e C. São justamente estas classes sociais que costumam ter algum tipo de investimento, pois as camadas mais pobres não têm o hábito de investir, seja pela falta de recursos, seja pela falta de educação e conhecimento financeiro.

Dito isto, segundo o relatório com denominado “Raio X do Investidor Brasileiro – Quarta Edição” temos dados interessantes para observar. Primeiramente, somente 40% dos brasileiros das ditas classes possuem algum investimento, sendo a poupança o mais conhecido e comum, com 29% dos brasileiros tendo investimentos na caderneta de poupança. Em 2020, como dito, a caderneta de poupança bateu recordes, cerca de 36% dos brasileiros disseram que pouparam e destinaram algum valor a uma das diversas categorias de investimentos. O número de brasileiros que destinaram recursos a caderneta de poupança em 2020 foi de 20 milhões, antes 12 milhões de 2019, ou seja, uma diferença muito significativa. Como visto pelos dados extraídos da Pnad Covi-19, os domicílios com faixa de renda superior a quatro mil e quinhentos reais mensais, ou seja, da classe C para cima, tiveram uma renda efetiva inferior a renda habitual, mesmo com o recebimento do auxílio emergencial por muito deles.

Desta forma, fica a pergunta de por que os níveis de poupança subiram tanto? Segundo esta pesquisa da Anbima, 56% pouparam pois deixou de sair de casa, não gastando com viagens, restaurantes, festas e outras formas de lazer. Outros 24% decidiram cortar gastos desnecessários, enquanto 19% decidiram por cortas despesas por meio das incertezas da pandemia e 11% guardaram parte de seus salários. Assim, independentemente dos motivos de cada um, o resultado final foi que o nível de poupança aumentou. O Banco Central Brasileiro (BCB) divulga um relatório de poupança que nos permite analisar de forma diária ou mensal, os dados dos depósitos na caderneta de poupança, assim como os dados sobre o SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e a poupança rural.

Deste modo, com o objetivo de trazer mais clareza sobre as interações captação líquida mensal da caderneta de poupança brasileiro, foi retirado os dados dos três anos antecedentes a pandemia, assim como o ano de 2020. Abaixo, na Tabela 16, seguem os dados, nos quais é possível observar uma clara distorção no ano de 2020, destacada pela região pontilhada na última coluna do painel em sequência.

Tabela 16

R\$ Mil

| Data         | 2017              | 2018              | 2019              | 2020               |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| jan          | (10.735.317)      | (5.201.159)       | (11.232.108)      | (12.356.144)       |
| fev          | (1.670.416)       | (708.116)         | (4.020.926)       | (3.571.734)        |
| mar          | (4.996.191)       | 3.977.768         | 1.852.587         | 12.168.952         |
| abr          | (1.270.835)       | 1.237.149         | (2.877.965)       | 30.458.501         |
| mai          | 292.596           | 2.405.076         | (718.718)         | <b>37.211.177</b>  |
| jun          | 6.089.739         | 5.638.869         | 2.497.888         | <b>20.533.999</b>  |
| jul          | 2.335.687         | 3.747.845         | (1.605.291)       | <b>28.144.119</b>  |
| ago          | 2.143.820         | 5.862.747         | 1.315.945         | <b>11.402.933</b>  |
| set          | 3.653.222         | 8.541.643         | 8.725.430         | <b>13.228.698</b>  |
| out          | (2.006.566)       | (2.532.955)       | (247.256)         | 7.017.467          |
| nov          | 3.917.864         | 684.548           | 2.426.323         | 1.479.957          |
| dez          | 19.373.057        | 14.606.954        | 17.211.163        | 20.601.972         |
| <b>Total</b> | <b>17.126.660</b> | <b>38.260.369</b> | <b>13.327.072</b> | <b>166.319.897</b> |

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) / Relatório de Poupança

É possível observar esse aumento de renda nos primeiros meses da pandemia, nos quais, coincidentemente ou não, o auxílio emergencial teve um valor distribuído maior, apesar do hiato entre renda efetiva e renda habitual ter sido de quase 10 pontos percentuais. Ao olharmos para as economias da população, percebemos aumentos significativos nos números de depósitos nos meses iniciais da pandemia. Após a interação dos dados, podemos verificar através da tabela acima que nos mostra a captação líquida da caderneta de poupança mês a mês, as alterações que nela ocorreu em momentos cruciais da pandemia. Nota-se que os quatro a cinco meses que sucedem a pandemia, nos quais o cenário de medo e incerteza ainda eram muito grandes, sem perspectivas de quando iria ter um fim, observamos recordes de captação, sendo estes os maiores da década em termos nominais.

Além deste olhar para a poupança, se analisarmos o montante adicionado em certificados de depósitos bancários (CDB), conseguimos pelo Figura 7 abaixo, captada pelo terminal financeiro Bloomberg, observar o aumento exponencial do mercado de CDBs em moeda brasileira. Não há dúvidas de que desde o início de 2017, temos uma

derivada positiva no aumento de CDBs, porém, é justamente no início da pandemia e da introdução do auxílio emergencial que vemos esse montante aumentar exponencialmente.

Figura 7



Fonte: Terminal Bloomberg

Como dito anteriormente, não é finalidade deste trabalho tecer resultados concretos sobre uma possível relação entre a introdução do AE e o aumento do nível de poupança das classes A, B e C. Porém, a luz das informações disponíveis, é de interesse apresentar tais dados e chamar a atenção para eventuais pesquisas e trabalhos que podem ser realizados sobre o tema.

## VII. **Conclusão**

A partir dos resultados calculados, é possível identificar que entre os meses de maio e novembro de 2020, a renda efetiva do trabalho diminuiu nos domicílios brasileiros. Em maio, a renda efetiva dos brasileiros passou a ser 18% inferior a sua renda habitualmente recebida. Quando feito um recorte por escolaridade, a perda relativa de renda fica mais evidente. Os brasileiros com ensino fundamental incompleto viram sua renda efetiva ficar 25% abaixo de sua renda habitual, enquanto na outra ponta, os brasileiros com ensino superior completo, perderam em média, 15% de sua renda habitual. Quando analisado as faixas de renda, percebemos que foi a população na menor faixa de renda que viu esta cair de forma mais significativa. Os domicílios com renda inferior aos 900 reais em maio tiveram sua renda efetiva 51% inferior a habitual, enquanto faixas de renda mais elevadas viram suas perdas chegarem a números inferiores a 11%. Porém, com a introdução do AE, esses domicílios viram sua renda efetiva aumentar significativamente, dobrando em alguns casos. Foi justamente as faixas de renda mais humildes, que viram sua renda efetiva chegar muito próxima, e em alguns casos, até ultrapassar a renda habitual. Desta maneira, o AE foi importante para garantir uma estabilidade para os domicílios situados nas menores faixas de renda.

A redução do valor referente ao AE dado pelo governo federal não interferiu no seu papel de reduzir a distância entre a renda efetiva e a renda habitual. Se antes, a renda efetiva dos trabalhadores da menor faixa de renda era próximo de 50% inferior a sua habitual, em Novembro esse ela chegou a um montante 20% inferior a renda habitual. Com o AE, esse hiato existente não só fez com que a renda efetiva e a habitual em muitos casos se igualasse, mas também levou a renda efetiva até a ultrapassar a renda habitual. Em níveis gerais de renda, ou seja, a renda média de todas as faixas de renda, percebemos que mesmo com o valor médio do AE reduzindo em cerca de 34% em cinco meses, a renda efetiva dos domicílios brasileiros ficou 1,5% mais alta que a renda habitualmente recebida. Sob esta ótica, é possível concluir que o Auxílio Emergencial atingiu seus objetivos.

Ao olharmos para a massa total de renda dos domicílios brasileiros, percebemos que o valor bruto da renda dos domicílios reduziu em termos nominais em todos os meses que foram analisados. Porém, a diferença entre as massas de renda habitual e efetiva foram diminuindo ao longo do tempo, saindo de 18% em maio para 6% em novembro. O recorte por faixa de renda permitiu observar que quanto menor a renda dos domicílios, maior foi o hiato entre as massas de renda habitual e efetiva. Quando introduzido o fator massa de renda proveniente do AE, percebemos que o auxílio fez com que a renda efetiva dos domicílios aumentasse significativamente, sendo ainda mais significantes para os domicílios com renda mais baixa, que em muitos casos tiveram uma massa de renda efetiva maior que a habitual. Ao longo dos meses, outras faixas de renda superiores viram sua massa de renda efetiva aumentar e superar a massa de renda habitual. Num acumulado dos meses de maio a novembro, a massa do auxílio emergencial ultrapassou em 17 bilhões de reais a diferença entre as massas de renda efetiva e habitual que a pandemia provocou. Assim, diante destes fatos, o auxílio emergencial se mostrou mais uma cumprir o seu papel de reduzir a perda de renda da população.

Por fim, ainda é possível traçar um paralelo entre o aumento da captação líquida da caderneta de poupança brasileira e a introdução do auxílio emergencial. Apesar de não termos relações diretas e concretas de que a introdução do AE elevou a poupança dos brasileiros das classes A, B e C, é evidente que houve um aumento muito significativo da poupança líquida do brasileiro. A poupança brasileira atingiu níveis históricos no ano de 2020 e há evidências, ainda que não muito fortes, que este patamar está relacionado com a introdução do Auxílio Emergencial e o corte de despesas dos domicílios de renda média. Apesar de não ser possível chegar a resultados sólidos sobre esta relação, muito por falta de dados mais assertivos disponíveis, há um movimento na caderneta de poupança que não pode ser ignorado.

Sendo assim, chego à conclusão de que o Auxílio Emergencial trouxe resultados benéficos para todas as faixas de renda observadas, resultados estes que não foram iguais em todas as faixas, mas não deixando de cumprir o seu papel inicial. O AE foi muito efetivo para igualar a renda efetiva e habitual principalmente dos domicílios encontrados nas menores faixas de renda.

## VIII. Bibliografia

Bandeira de Mello, Vieira e Barboza\_(2020)\_Maravilhosa para Todos\_Políticas Públicas para o Rio de Janeiro.

In Handbook of Labor Economics, Vol. 4A, edited by Orley Ashenfelter and David Card, 1–102. Amsterdam: North-Holland

NERI, M. C.. Monitoramento, Avaliação e Proposição de Melhoras do Programa Cartão Família Carioca. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2012 (PESQUISA).

OLIVEIRA, L. Sobre a dinâmica da distribuição de renda e os registros de rendimentos da PNAD COVID, ANPEC: a apresentação realizada no 48º Encontro Nacional de Economia, 2020.

OS EFEITOS da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19. Carta de Conjuntura Número 48, [s. l.], 3 Trimestre 2020.

OS EFEITOS da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de julho. Carta de Conjuntura Número 48, [s. 2.], 3 Trimestre 2020.

OS EFEITOS da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho. Carta de Conjuntura Número 48, [s. 3.], 3 Trimestre 2020.

OS EFEITOS da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de setembro. Carta de Conjuntura Número 49, [s. 1.], 4 Trimestre 2020.

OS EFEITOS da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro. Carta de Conjuntura Número 50, [s. 1.], 1 Trimestre 2021.

PENNA, GERSON; SILVA, José; NETO, José; TEMPORÃO, José; PINTO, Luiz. PNAD COVID-19: um novo e poderoso instrumento para Vigilância em Saúde no Brasil. Ciência e Saúde, SciELO, 2020.

PNAD COVID-19 ? Divulgação de 16/10/2020 ? Principais destaques. Carta de Conjuntura Número 49, [s. l.], 4 Trimestre 2020

POZZEBON, Ellina. Aprovado pelo Congresso, auxílio emergencial deu dignidade a cidadãos durante a pandemia. Axílio Emergencial, Agência Senado, 2020.

RELATÓRIO de Poupança. Banco Central do Brasil, 1 Trimestre 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/relatoriopoupanca>. Acesso em: 5 out. 2021.

Souza, Osorio, Paiva e Soares. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade. Rio de Janeiro: IPEA, TD 2499.

VIEIRA, Juliana Portella de Aguiar. The Impact of the “Cartão Família Carioca” on student achievement: a difference-in-differences approach. FGV Ebape, [S. l.], p. 1-79, 15 fev. 2019